

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.683 - SP (2019/0304024-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : ANTONIO DONATO**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO DONATO - SP045278**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALESSANDRA MARIANA DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ALESSANDRA MARIANA DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que a paciente foi condenada a 5 anos e 10 meses de reclusão em regime fechado pela prática do delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06).

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação da defesa.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que o regime prisional foi agravado em razão da gravidade abstrata do delito, em desrespeito ao Enunciado n. 440 da Súmula desta Corte.

Assim, requer, em liminar e no mérito, a fixação do regime aberto e a substituição da pena por restritivas de direitos.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

